

CAPÍTULO XXI - a crise de finais do século II

Enviado por Jorge Almeida
18-Out-2006
Actualizado em 28-Jan-2007

A CRISE DE FINAIS DO SÉCULO II. A GUERRA JUGURTINA. A violenta reacção desencadeada à morte de Caio Graco extinguir-se-á pouco a pouco, com uma parte da nobreza a estabelecer compromissos com os cavaleiros: a liquidação da reforma agrária pelo método da concessão de alguns "pratos de lentilhas"; às massas populares foi um deles. Após o golpe recebido em 121, o movimento democrático vai manter-se por muito tempo em letargia. Os tribunos da plebe, durante esse período, não irão além da apresentação de projectos de lei de segundo plano e de procedimentos judiciais contra as figuras mais odiadas da reacção aristocrática. Um grupo relativamente pequeno da nobreza manter-se-á solidamente no poder durante mais de dez anos. Era dirigido por algumas famílias aristocráticas, com destaque para a dos Cecílios Metelos. Marco Emílio Escauro, a personagem mais importante da época, estava casado com a filha de um dos Metelos. Esse grupo oligárquico admitia unicamente no poder os "seus". O nepotismo e uma política que apenas visava o enriquecimento dos governantes corromperam o aparelho estadual de cima abaixo. Todos praticavam malversações, dos senadores até ao último dos centuriões. O grupo no poder conduziu "languidamente" a política exterior, deixando-se corromper em quase todas as ocasiões, não obstante os vergonhosos fracassos que Roma sofreu. No exército reinava uma absoluta desordem. Dada a crescente paupériedade dos camponeses, o recrutamento tornara-se de ano para ano mais difícil. As unidades nunca dispunham dos seus efectivos completos e entre os contingentes de recrutas o nível moral era espantosamente baixo. A disciplina era praticamente inexistente, com os soldados a desertar em massa, a passarem-se ao inimigo, a entregarem-se à pilhagem. Os oficiais eram ainda piores. Deixavam-se corromper pelo inimigo e passavam o seu tempo em orgias. Nos acampamentos pululavam as prostitutas, os mercadores, os servos dos oficiais e todo o género de parasitas. A culpa pela situação a que o exército chegara não pertencia apenas ao grupo oligárquico no poder. As causas da sua decadência eram bem mais profundas. O exército-milícia dos cidadãos já não correspondia às condições da época. Havia sido fundado sobre o censo dos bens e o serviço militar temporário. Mas as camadas de pequenos e médios proprietários iam empobrecendo, proletarizando-se ou marginalizando-se (e estes não eram recrutados para as legiões), e o seu tempo de prestação de serviço militar era limitado. Era necessário agora um outro exército, permanente e que não estivesse dependente do censo de bens. As dificuldades no cerco de Cartago e nas guerras com Numância já constituíam sinais da decadência do organismo militar romano. A guerra jugurtina, travada de 111 a 105, vai revelar toda a dimensão da crise da organização militar e estadual romana, e agitar o estagnado ambiente político. A guerra com o nómada Jugurtha, em si, pela sua dimensão como conflito, não foi mais que uma pequena guerra de tipo colonial. Foram as circunstâncias em que decorreu (crise profunda do aparelho estadual de Roma e necessidade de a superar) que a transformaram num grande acontecimento político, fazendo-a balizar o ponto de partida de um novo ascenso do movimento democrático. Em 118 morre Micipsa, filho de Masinissa, deixando por herdeiros os filhos, Adérbal e Hiempsal, e Jugurta, um sobrinho que havia adoptado (filho do seu irmão Mastánabal). Em disposição testamentária, Micipsa decidira que o reino permanecesse uno, sem partilha entre os herdeiros, e estala a luta pela sucessão. O governo romano, o "protector" da Numídia, envia ali o cônsul de 118, Marco Pórcio Catão (filho de Catão o Censor), que divide a Numídia entre os herdeiros. Em 117 Hiempsal é morto, por ordem de Jugurta. Adherbal invade os territórios do "concorrente" e é derrotado. Busca então o apoio dos romanos, primeiro na província de África, depois em Roma, no senado (em 116). Ao mesmo tempo, também ali chegam embaixadores de Jugurta, com valiosos presentes para os senadores mais influentes. O senado envia à Numídia uma comissão chefiada por Lúcio Opímio e dá-se nova partilha: a região oriental, com Cirta, a capital do reino, a Adérbal; a região ocidental para Jugurtha. No Verão de 113 Jugurta invade o território de Adérbal e põe cerco a Cirta (actual Constantina, na Argélia), onde se haviam estabelecido muitos mercadores itálicos. Acossado, Adérbal pede a intervenção de Roma. O senado enviará, uma após outra, duas comissões (a segunda dirigida pelo próprio M. Emílio Escauro), que Jugurta suborna. Ambas as comissões regressarão a Roma sem haver tomado qualquer resolução. O sítio de Cirta já durava há 15 meses. Sabendo que não receberia qualquer auxílio dos romanos, com o espectro da fome a rondá-lo, Adérbal entrega a cidade a Jugurta, que promete poupar as vidas dos seus habitantes. Mas Adherbal morre na cruz e toda a população, mercadores itálicos incluídos, é massacrada. Entre os mortos havia muitos mercadores romanos. Para além da indignação que a sua chacina provocou, publicanos e usurários equites não queriam ver a Numídia escapar-lhes das mãos. Assim, por pressão dos cavaleiros, no ano de 111 Roma declara a guerra a Jugurta. O cônsul desse ano, L. Calpúrnio Béstia (um antigo partidário dos Graco), comandando quatro legiões, derrota Jugurta numa rápida campanha. Porém, recorrendo ao suborno, o nómada consegue que lhe acordem a paz: como rei de toda a Numídia e pagando apenas um pequeno tributo a Roma. A fúria dos cavaleiros atinge o rubro. O tribuno da plebe Caio Mémio exige que Jugurta seja chamado a Roma. Havendo-lhe sido garantida a imunidade, Jugurtha chega a Roma no Inverno de 111/110. Quando na assembleia popular Mémio inicia a interrogatório, o seu colega C. Bébio, subornado, interpõe o veto à resposta do rei nómada. Enquanto no senado se discutia a respeito da anulação do tratado de paz, Jugurta não perdia o seu tempo. Em Roma vivia Massiva, filho de Gulusa e neto de Masinissa (era primo direito de Jugurta), também pretendente ao trono da Numídia. Um membro do séquito de Jugurta assassina-o, conseguindo fugir de Roma graças à ajuda do rei nómada. O escândalo levou o senado a declarar Jugurta persona non grata, o que o obrigou a

abandonar Roma. O tratado de paz é anulado e as operações militares recomeçam. Comandados por oficiais corruptos e ineptos, os romanos são derrotados perto de Suthul: o exército foi forçado a capitular, comprometendo-se o comandante romano, Aulo Postúmio Albino, a evacuar as tropas romanas da Numídia e a respeitar uma trégua de dez anos (inícios de 109). Esta vitória de Jugurta assestou um duro golpe no domínio romano em África. Em Roma, onde reinava o alarme, é formado um tribunal extraordinário de inquirição sobre os acontecimentos de África. Muitos dos subornados são condenados ao exílio (entre eles, Lúcio Opímio). E também o tratado de paz concertado por Aulo Postúmio foi declarado nulo. Ainda em 109, enviam a África o cônsul Quinto Cecílio Metelo. Apesar de pertencer ao grupo no poder, Cecílio Metelo era um homem honrado e capaz. Julgando segundo o mérito, não hesitou em nomear seus lugar-tenentes homens de origem modesta. Caio Mário, por exemplo, que havia servido como simples soldado. As forças númidas são derrotadas sobre o rio Mutul (Muthul) e Jugurta é obrigado a refugiar-se no interior do país. O númida propõe a paz, mas Metelo exige-lhe a rendição incondicional. A guerra continuou, com o senado a prorrogar os poderes a Metelo para o ano de 108. O conflito prolongar-se-á ainda por alguns anos. Aproveitando as condições do país, Jugurta iniciara uma luta de guerrilhas. Os equites, descontentes com o curso das operações militares, acusam os optimates, Metelo em particular, de prolongarem propositadamente a guerra, visando com isso proteger Jugurta. A luta de partidos extrema-se quando o senado prorroga pela segunda vez (para 107) os poderes a Metelo. Então os populares, apoiados pelos cavaleiros, apresentam a candidatura de Mário às eleições consulares (é nesta época que se generalizam as designações de “optimates” e de “populares”, nomeando, respectivamente, a nobreza e o partido do “povo”). **MÁRIO, SILA E O FIM DA GUERRA JUGURTINA.** Caio Mário nasceu em meados do século II, nos arredores da cidade de Arpino (Arpinum), no antigo país dos volscos, ao que parece, numa família de camponeses abastados. Os Mários eram, desde há muitas gerações, clientes dos Metelos. Caio distinguiu-se em Numância, onde começou o serviço militar como simples soldado, sendo então recompensado pelo próprio Cipião Emiliano. Na sua carreira posterior, Mário gozou do apoio dos Metelos. Em 119 é tribuno da plebe, apresentando então alguns projectos de lei de pouca importância. Uma das suas rogationes visava reforçar a fiscalização das votações nos comícios, o que lhe valeu a popularidade entre os círculos democráticos. Casa-se por essa época com uma jovem da prestigiada estirpe Júlia. Algumas especulações afortunadas proporcionam-lhe uma situação de desafogo material e põem-no em contacto com os círculos de cavaleiros. Em 115 é pretor. No ano seguinte, propretor na Hispania. Ao partir para África, Metelo nomeara-o seu legado. Torna-se seu primeiro-ajudante na batalha sobre o Mutul. Metelo terá escarnecido das aspirações do seu cliente Mário à mais alta magistratura da República e só a muito custo lhe terá permitido a viagem a Roma (para as eleições). Durante a campanha eleitoral, Mário ataca violentamente Metelo pelo seu modo de condução da guerra. É eleito por grande maioria cônsul para 107 e, por decreto especial da assembleia popular (rogatio do tribuno Caio Mânlio Mancino), é-lhe entregue o comando do exército em África (os comícios anularam, assim, a decisão do senado de prorrogar os poderes a Metelo). O senado autoriza-o a efectuar um novo recrutamento, na secreta esperança de o ver falhar. Porém Mário consegue levá-lo a cabo, recorrendo ao alistamento de voluntários entre os cidadãos não inscritos no censo de bens. Quando Mário regressa a África, Metelo, mortalmente ofendido, transmite-lhe o mando. Roma vai-lhe conceder o triunfo e o título de Numídico, mas as honras não apagarão o azedume de Metellus, obrigado que foi a entregar o “seu” mando ao ex legado e cliente. Mário sofrerá as dificuldades já experimentadas por Metelo, com Jugurta a escapar-lhe por entre os dedos. Porém Jugurta tinha por aliado o sogro, Boco, rei da Mauritania; e com os ventos da guerra a mudarem de feição, Bocchus decidiu trair o genro, mandando dizer a Mário que lho entregaria. O oficial escolhido para esta “operação especial” foi Lúcio Cornélio Sila, então questor no exército de Mário (Sila nascera em 132, no seio de uma família nobre mas sem fortuna). O filho de Boco guia Sila até ao acampamento mauritano. Após as negociações da praxe com o questor Sila, havendo conseguido dos romanos um bom preço, Boco convoca o genro: desarmados, Jugurta e os que o acompanhavam são atacados por um bando de mauritanos; Jugurta é capturado, os restantes númidas são mortos; agrilhoados, logo o levam para o acampamento romano (inícios de 105). Assim terminou a guerra jugurtina e assim terá começado, segundo a tradição “siliana”, a inimizade entre Mário e Sila. À notícia do fim da guerra e da captura de Jugurta, Mário, ainda ausente, é eleito cônsul para 104, sendo-lhe atribuída a Província da Gália (a actual Provença, no sudeste de França, “herdou-lhe” o nome; mas a Província de então era bem mais vasta). Mário celebrou o triunfo a 1 de Janeiro de 104. Nesse mesmo dia Jugurtha é estrangulado na prisão, como “inimigo do povo romano”. A metade ocidental da Numídia foi entregue a Bocchus. A oriental ao meio-irmão de Jugurta, Gauda. Após o triunfo, Mário parte para o norte. **OS CIMBRI E OS TEUTONES. A REFORMA MILITAR DE MÁRIO.** Em 113 um grande agrupamento de tribos havia surgido nos confins do nordeste da Itália. Os cimbros (tribo de provável origem germânica, vinda das margens do Mar Báltico) compunham-lhe a massa principal. A horda nómada deslocava-se com as suas mulheres e crianças, levando todos os seus haveres e as manadas de gado. Os carros serviam-lhes de habitação e, em caso de necessidade, de acampamento entrincheirado. A sua organização militar e armamento eram muito primitivos. Atacavam em massa compacta. Quando eram obrigados a travar batalha defensiva, os guerreiros das primeiras filas combatiam atados uns aos outros com sogas. Em 113 haviam-se aproximado dos passos alpinos orientais. O cônsul Gneu Papírio Carbão, com um grande exército, cerra-lhes o caminho. Papírio ordena-lhes que se afastem dos territórios das tribos dos Taurini, amigas de Roma, e os cimbros obedecem. Vendo nos bárbaros uma presa fácil, Carbão resolve montar-lhes uma armadilha. Guias locais conduziram a horda ao local desejado, próximo da cidade de Noreia (na Caríntia). Mas o exército de Carbão é derrotado, sofrendo enormes perdas. Os cimbros dirigem-se depois para ocidente, cruzam o Reno e irrompem na região do curso superior do Ródano, onde fazem paradeiro. Será nessa época que uma outra tribo germânica, a dos Teutones, faz a sua aparição na região, juntando-se à horda. (uma outra tese defende que cimbros, teutões e ambrões já se apresentavam unidos aquando da batalha de Noreia.) É enviado a essa região da Gália (transalpina) o cônsul de 109, Marco Júnio Silano. Os romanos são novamente derrotados, perdendo até o seu acampamento. No ano de 105 a horda move-se para o curso inferior

do Rhodanus, com dois exércitos romanos a defrontá-la. Um era comandado pelo cônsul Gneu Málio Máximo, o outro pelo procônsul Quinto Servílio Cepião. Servílio, de estirpe nobre, não queria estar subordinado às ordens de Máximo (sendo Máximo cônsul, Servílio era seu inferior no mando). Os desacordos dos comandantes levaram a que os dois exércitos, um após o outro, fossem aniquilados nas proximidades da cidade de Arausio (actual Orange), no Outono de 105. Após saquear o território das tribos gaulesas dos Arverni, a horda divide-se, com os cimbras a dirigirem-se à Hispania e os teutões ao norte da Gália transalpina. Em Roma instauram-se processos a Cepião, a Málio e a outros responsáveis, que são condenados. Logo após celebrar o seu triunfo, quando parte para o Ródano, Málio fez-se acompanhar de oficiais já provados. Entre eles, Sila e Quinto Sertório. As tropas foram recrutadas por alistamento de voluntários entre os cidadãos romanos não inscritos no censo dos bens, entre os itálicos e os aliados não itálicos e mesmo entre os provinciais. No Ródano, os recrutas são submetidos a constantes exercícios, a longas marchas e instruídos nos trabalhos de acampamento. A ferramenta de sapador torna-se parte do equipamento do soldado (entre outras obras de engenharia, os soldados de Málio escavaram um canal na desembocadura do Ródano). O armamento é unificado, suprimindo-se a hasta e armando-se toda a infantaria com o pilum. A infantaria ligeira deixa de ser composta por cidadãos romanos, sendo substituída por unidades especializadas, recrutadas nas províncias (por exemplo, as de arqueiros das Baleares). A cavalaria cidadã também desaparece, com os aliados e os provinciais a comporem a totalidade dos esquadrões. Mário também introduziu mudanças na organização e na formação táctica das legiões. A coorte (cohors), já antes usada esporadicamente na infantaria romana, é definitivamente adoptada. Cada legião divide-se agora em dez coortes de três manípulos, aumentando consideravelmente a sua capacidade de manobra. A velha formação em três linhas (hastati, principes, triarii), fundada sobre o diferente grau de preparação e idade, é abandonada, dado que era agora quase idêntico o nível de adestramento da grande maioria dos soldados. A nova formação continua a dispor de três linhas, mas é diversa a sua composição. Em geral (mas não por norma), quatro coortes formavam-lhe a primeira linha. Na segunda e terceira linhas, três coortes em cada uma delas. Agora são as coortes, não os manípulos, a disporem-se em “tabuleiro”. Em cada cohors os manípulos colocavam-se lado a lado. À direita o manípulo dos triários, os príncipes no centro e os hastados sobre a esquerda. No manípulo, a segunda centúria formava atrás da primeira. A força normal de uma legião era de 6.000 homens; a da coorte, 600; o manípulo dispunha de 200 homens; a centúria, de 100. O exército romano irá manter esta organização, no substancial, durante a época final da República e nos primeiros séculos do Império. A reforma militar de Mário alterou a composição social da massa do exército, com a força militar dos cidadãos proprietários a ceder lugar às legiões de não proprietários. Estes soldados, desarraigados económica e socialmente, tendo por meios de subsistência o soldo e o saque, consentiram de bom grado o prolongamento do período militar e a profissionalização do exército. Sempre prontas a seguir os seus comandantes vitoriosos (imperadores), as legiões “profissionais” tornar-se-ão o principal instrumento do desmoronar da República. O exército profissional não tinha ainda carácter permanente. Recrutado a cada nova campanha, era licenciado no final da guerra. A maioria dos desmobilizados, de novo na sua pele de proletários ou de sub proletários, era obrigada a aguardar o recrutamento seguinte. Nos finais da República, com as quase ininterruptas guerras internas e externas, os soldados já se encontravam, na realidade, em serviço militar a tempo permanente. Augusto, quando promulga a lei sobre o exército permanente, apenas institucionalizou a situação de facto. Mário é reeleito cônsul para 103 (de novo na sua ausência). E de novo se candidata nas eleições para o consulado de 102, pela terceira vez consecutiva (e pela quarta vez desde 107). Tratava-se de uma situação sem precedentes, que suscitou uma forte oposição nos próprios comícios eleitorais. Mas Lúcio Apuleio Saturnino, influente tribuno da plebe de 103, logra obter-lhe a reeleição. Os cimbras e os teutões farão a sua reaparição em 102. Na Hispania, os cimbras haviam deparado com forte resistência da parte dos celtiberos. Abandonando o país, dirigem-se para o norte da Gália, ao encontro dos teutões. Também ali os invasores depararam com a resistência dos autóctones, chegando mesmo a serem rechaçados pelas tribos belgas. Marchando de novo para sul, os teutões dirigem-se para o Ródano, os cimbras em direcção aos Alpes orientais. Mário, então em Roma, apressa-se a regressar para junto do seu exército. O outro cônsul de 102, Quinto Lutácio Catulo, esperará os cimbras na Cisalpina. Mário posiciona-se sobre o Ródano, próximo da confluência com o Isère, num campo fortemente entrincheirado (outras versões dizem que bem mais a sul, na confluência do Ródano com o Druência (Druentia; actual Durance)). Durante três dias, os teutões tentam em vão o assalto ao acampamento romano. Depois de sofrerem grandes perdas retomam a marcha para sul. Mário deixa-os afastarem-se. Em seguida levanta o campo e, a marchas forçadas, por caminhos secundários, ultrapassa a horda, detendo-se em Aquae Sextiae (Aix), ao norte de Massilia. Os romanos estabelecem o seu acampamento junto de um pequeno rio, na margem oposta à marcha dos bárbaros. A vanguarda da horda, constituída pela tribo dos Ambrones (talvez de origem teutónica), não esperando enfrentar o grosso do exército romano, ataca-lhe o campo e é completamente aniquilada. Dois dias depois chega o grosso da horda. Mário não dispunha de mais de 30.000 ou 40.000 homens, encontrando-se em franca desvantagem numérica. A batalha foi prolongada e feroz, mas o novo exército romano decidiu o desenlace. Cerca de 100.000 teutões são mortos ou feitos prisioneiros. Não querendo cair nas mãos dos romanos, muitas das suas mulheres suicidam-se (Verão de 102). Entretanto os cimbras haviam penetrado no nordeste de Itália. Catulo não os conseguira deter nos passos alpinos e retirara para a margem direita do Pó. Toda a Gália Transpadana é ocupada pela horda, que ali inverna (Inverno de 102/101). Aproveitando a inactividade dos bárbaros, os dois exércitos romanos operam a junção no vale do Pó. Após uma breve estadia em Roma, onde de novo é reeleito cônsul (para 101), Mário assume o comando na Cisalpina. A batalha travou-se na planície de Vercelas (Vercellae; actual Vercelli), a norte do curso superior do Pó, tendo a cavalaria romana destruído os cimbras. Morrem 65.000 bárbaros. Os sobreviventes da horda são reduzidos à escravatura (Verão de 101). A SEGUNDA REVOLTA DOS ESCRAVOS NA SICÍLIA. Diodoro (fragmentos do livro XXXVI) assinala alguns sucessos isolados em Itália, anteriores à revolta. Refere uma conjura de algumas dezenas de escravos em Nucéria. Um levantamento de 200 escravos perto de Cápua. Ainda nas cercanias desta cidade terá havido uma outra rebelião, já de sérias proporções, com um tal Titus Vetus a reunir mais de 3.500 homens antes que

fosse sufocada. No ano de 104 o pretor da Sicília, Nerva, seguindo as instruções do senado a respeito dos cidadãos aliados que haviam sido reduzidos à servidão, começa a fiscalizar as listas de escravos e liberta 800 num curto espaço de tempo. Porém, cedendo à pressão dos proprietários, suspende o seu inquérito. Começam a verificar-se actos isolados de revolta. Em Heracleia Minoa, na costa ocidental, 80 escravos organizam uma conjura e assassinam o amo, o cavaleiro romano Públio Clónio, fugindo de seguida para as montanhas dos arredores. Outros escravos se lhes juntam e rapidamente o seu número atinge os 2.000 homens. Nerva envia 600 soldados da guarnição de Ena, que são derrotados, caindo as suas armas nas mãos dos escravos. Os revoltosos são agora em número de 6.000. Em assembleia elegem um conselho e proclamam rei o escravo Sálvio. Este tomou o nome do usurpador sírio Trifão. O exército dos escravos foi dividido em três contingentes. Com comandantes próprios, esses contingentes efectuam incursões por toda a Sicília. Esta táctica deu excelentes resultados, chegando as forças de Sálvio a contar com um total de 2.000 ginetes e 20.000 infantas. Os escravos põem cerco a Murgância, na região oriental. Nerva acode com 10.000 homens e toma o acampamento dos revoltosos. Porém, ao aproximar-se da cidade, é atacado pelos sitiados, a partir das elevações circundantes, e obrigado a pôr-se em fuga. Sálvio ordenou que fosse poupada a vida aos que haviam deposto as armas, fazendo cerca de 4.000 prisioneiros. Murgantia não pôde ser tomada. Apesar dos revoltosos lhes haverem proclamado a liberdade, os escravos da cidade, a quem os seus amos haviam feito a mesma promessa, ajudaram a defendê-la (após o cerco, Nerva declarou nula a promessa dos proprietários). Entretanto surgira um novo foco de rebelião na região ocidental. O escravo cilício Atenião revolta-se com 200 escravos que tinha às suas ordens (Atenião dirigia o estabelecimento do seu amo). Em cinco dias reúne mais de 1.000 homens, que o proclamam rei. Atenião só admitiu no seu exército os mais aptos ao uso das armas. Os demais escravos continuaram a ocupar-se dos trabalhos agrícolas e da indústria, assegurando ao exército revoltoso provisões e armas. Atenião, que gozava da fama de astrólogo, dizia que as estrelas lhe haviam predito o reinado sobre toda a Sicília e que, por isso, era necessário preservar o país e as suas riquezas como se tratasse da sua própria propriedade. Com 10.000 homens, Atenião tenta pôr cerco a Lilibeu, mas sem êxito, acabando por retirar. Reconhece então Trifão como rei, tornando-se o seu comandante em chefe (será lançado no cárcere por ordem de Trifão, mas é libertado aquando do início da ofensiva romana). Os escravos fazem de Triócala a sua capital (= “três vezes formosa”; segundo Diodoro, foi assim chamada pelas excelentes águas, férteis terras e posição inacessível), no sudoeste da ilha e a norte de Heracleia. Situada sobre uma escarpada colina, os escravos reforçar-lhe-ão ainda as defesas com todo um sistema de obras defensivas. Na organização do poder dos rebeldes e na corte de Trifão deu-se uma curiosa mescla de elementos orientais e romanos: o palácio, feito construir por Trifão, e a praça para as assembleias populares; o conselho nomeado pelo rei «entre os homens que se distinguiam pela sua sabedoria»; a toga real, adornada de púrpura, e a túnica ampla; os lictores com os fasces «e tudo o que servia para distinguir ou ornamentar a autoridade real». A revolta espalhou-se pelas regiões agrícolas da Sicília, com as cidades mais importantes a permanecerem nas mãos dos romanos. Diodoro (ibidem): «Os habitantes da cidade apenas podiam considerar como próprias as coisas que se encontravam no interior das muralhas; tudo o que estava no exterior era considerado alheio e pertencente aos escravos...» Mas havia agitação entre os escravos urbanos e a plebe, com muitos a fugirem para junto dos revoltosos ou a cometerem actos de banditismo. A população das cidades vivia no constante temor de levantamentos. Diodoro: «...também os miseráveis pertencentes à categoria dos livres se entregaram a todas as desordens e pilhagens imagináveis, matando impunemente livres e escravos, para que não dessem testemunho das suas violências». Em 103, apesar da guerra iminente com os cimbrós e os teutões, o senado envia à ilha um exército de 17.000 homens ao mando do pretor Lúcio Licínio Lúculo, composto por unidades de escol romanas e itálicas e divisões de provinciais e aliados (bitínios, tessálicos e outros). Dispondo então os escravos de cerca de 40.000 homens, Atenião insistiu para que se desse batalha em campo aberto. Mas os revoltosos são derrotados e perdem cerca de 20.000 dos seus. Trifão refugia-se em Triócala com os restos das tropas. Atenião, ferido numa perna, finge-se morto no campo de batalha, conseguindo escapar e juntar-se aos seus. Nove dias após a batalha, os romanos chegam diante da cidade. Lúculo, vendo que lhe era impossível tomá-la de assalto, retira. O seu sucessor de 102, o pretor Caio Servílio, também não consegue obter qualquer êxito (no seu regresso a Roma ambos serão condenados ao exílio, por incompetência na condução das operações). Trifão morre (talvez em 102), sucedendo-lhe Atenião. Ao que parece, a rebelião ainda terá tomado maiores proporções, dizendo Dião Cássio (frag. 93^o) que Atenião quase tomou Messina. Em 101 o senado pôde enviar à Sicília grandes forças, comandadas pelo próprio colega de Mário, o cônsul Mânio Aquílio. Os escravos são derrotados numa grande batalha, sendo morto Atenião. Os sobreviventes refugiam-se numa localidade fortificada (talvez a própria Triócala). Sitiados pelos romanos, a fome obriga-os a renderem-se. Só 1.000 escravos, sob o mando de Sátiro, continuaram a luta, acabando também por renderem-se a troco de lhes ser poupada a vida (Aquílio enviou-os para Roma, destinando-os aos combates de gladiadores; ter-se-ão matado uns aos outros antes de entrarem na arena, não querendo servir de diversão ao populacho). A “pacificação” da Sicília foi desapiedada. De tal maneira que, passados trinta anos, no tempo da rebelião de Espártaco, não se verificará na ilha qualquer levantamento. Mas haverá ainda duas novas sublevações dos escravos da Sicília: nos finais da República e nos últimos dias do Império. Com base na semelhança dos relatos das rebeliões de 136 e de 104, alguns historiadores afirmam que terá havido uma sobreposição da mesma narrativa aos dois diferentes sucessos. Dado o carácter da historiografia antiga, é bem possível que isso tenha acontecido em parte. Mas trata-se de dúvidas quanto aos relatos. Quanto à realidade histórica das duas grandes revoltas, ninguém a põe em causa. Contemporaneamente à segunda rebelião siciliana, dá-se de novo uma grande sublevação de escravos na Ática: os escravos das minas de Laurio matam os seus vigilantes e ocupam a fortaleza do Cabo Súnio, que durante muito tempo lhes servirá de base para a pilhagem da região. Será provavelmente também desta época a revolta dos escravos citas do reino do Bósforo. O último rei do Bósforo, Perisades, foi assassinado, tendo os escravos eleito para o seu lugar Saumaco. Encontraram-se moedas em que Saumaco é representado na figura de Hélios (o Sol), com a fronte cingida por uma coroa de raios. A rebelião durou seis meses e foi esmagada por Diófanes, general de Mitdrates IV

do Ponto, que anexou o Bósforo ao seu reino. O MOVIMENTO DEMOCRÁTICO REVOLUCIONÁRIO EM ROMA. A luta política entre os partidos democrático e aristocrático, entre populares e optimates, vinha-se desenvolvendo desde 108, com a derrota ou o triunfo dos respectivos chefes militares a reflectir-se de imediato na correlação de forças. De início, o essencial da luta de partidos girou em torno das campanhas militares, com os chefes democráticos a exigir o julgamento dos comandantes militares aristocráticos incapazes ou corruptos. Dada a incapacidade da camarilha dirigente na política exterior, com Mário a conseguir vitória sobre vitória, o movimento democrático foi-se reforçando, com a sua ala radical a retomar as reivindicações dos tempos dos Gracos. Os chefes dessa corrente foram Lúcio Apuleio Saturnino e Caio Servílio Glaucia. Apuleio Saturnino pertencia à nobreza, havendo passado aos populares por razões de carácter pessoal. Sendo Apuleio questor em Óstia (talvez em 104), o senado afastara-o da direcção do abastecimento de cereais, substituindo-o por Marco Emílio Escauro. Profundamente ofendido, Apuleio muda-se então para o campo dos democráticos. Não foi caso único entre a nobreza. Glaucia era plebeu. Rústico, extraordinariamente enérgico e orador nato, gozava de grande popularidade entre as massas. Em 104 é eleito tribuno da plebe, desencadeando com os seus colegas de tribunado uma vigorosa ofensiva legislativa contra os optimates. Nesse ano é aprovada a lei judicial de Glaucia (lex Servilia judiciaria). Ao que parece, visou repor a lei judicial de Caio Graco, revogada em 106 por proposta do cônsul Quinto Servílio Cepião. Os processos de investigação criminal voltam assim às mãos dos cavaleiros. É ainda aprovada a lex Servilia repetundarum, que reforçou o controlo sobre os magistrados e agravou as penas para os crimes de concussão. Ainda em 104, são instruídos processos contra os chefes dos aristocráticos e os seus derrotados comandantes militares (Quinto Servílio Cepião, Marco Júnio Silano e outros). No ano seguinte a luta agudiza-se. Apuleio Saturnino é então eleito entre os tribunos da plebe. Ao que parece, Apuleio terá começado por apresentar uma rogatio para embaratecer os preços do trigo de Estado. Enquanto a lei de Caio Graco fixava o preço do modius em seis asses e um terço, Apuleio propôs baixá-lo para cinco sextos de asse, distribuindo-o quase gratuitamente. Na assembleia popular um dos tribunos interpôs o seu veto à rogatio. Quando Saturnino, não tomando em consideração o veto, tentou prosseguir com a assembleia, os optimates dissolveram-na pela força. Será também de 103 a sua lei agrária (Saturnino foi eleito tribuno da plebe por duas vezes, em 103 e 100. As fontes não nos dizem de qual destes anos é cada umas das suas rogationes). Nela propunha a distribuição de parcelas de terra (de 100 jugera) em África aos veteranos de Mário da guerra jugurtina. Na votação, de novo um dos tribunos recorre ao veto, mas desta vez sem êxito. Uma chuva de pedras obrigou-o a fugir da assembleia e a lei foi aprovada. É provável que seja também desse ano a lex Appuleia de majestate (lei “sobre as ofensas à grandeza do povo romano”). Segundo esta lei, todo aquele que causasse prejuízo aos interesses do povo seria julgado perante um tribunal criminal. Uma batalha perdida, um acto hostil contra a assembleia popular ou os representantes do povo estavam sob a alçada da terrível lei. Já sabemos que Mário foi eleito cônsul em 102 com o apoio de Saturnino. É então que se criam as bases da sua aliança com os populares. Em 101 Mário regressa a Roma. Quer premiar os seus veteranos e conta para isso com a ajuda do partido democrático. Mas esse é o seu objectivo imediato. Os seus planos são bem mais ambiciosos: como chefe vitorioso (imperator), aspirava à instauração da ditadura militar. Nesse ano, Mário, Saturnino e Glaucia formam um bloco político. Mário seria de novo eleito cônsul para o ano de 100 (pela sexta vez desde 107). Saturnino, tribuno da plebe pela segunda vez. Glaucia apresentaria a sua candidatura a pretor. Apesar de uma encarniçada oposição da parte dos optimates, os três são eleitos pelos votos (e os punhos) dos veteranos de Mário (um dos candidatos dos aristocratas ao tribunado da plebe foi morto pela multidão). Uma vez no poder, os três aliados começam a executar o seu programa. É apresentada a segunda lei agrária de Saturnino, propondo a distribuição de terras a todos os veteranos de Mário que houvessem servido durante sete anos (ou seja, desde a expedição a África de 107). A área das parcelas mantinha-se de 100 jugera. Todos os locais previstos para a fundação dessas colónias se situavam nas províncias (entre elas a Gália Transalpina, que havia ainda que conquistar). As parcelas seriam entregues não apenas a cidadãos romanos mas também aos veteranos itálicos, numerosos no exército de Mário. A direcção de todo este projecto seria confiada a Mário. Se a rogatio fosse aprovada, Mário, investido de poderes tão vastos, converter-se-ia em ditador de facto por tempo indeterminado. Um dos artigos da lei previa que, nos cinco dias seguintes à sua aprovação, os senadores teriam de jurar cumpri-la. Os que se recusassem a jurar seriam afastados do senado e sujeitos a pesada multa. Na oposição à rogatio, os equites juntam-se aos optimates. Também a plebe se recusou a apoiar a nova lei agrária, avessa que era a conceder numa posição de igualdade terras e direitos aos itálicos. De novo se dão violentos confrontos. Há tribunos a interpor o seu veto. Os magistrados invocam o desfavor dos deuses. Mas no dia da votação afluem a Roma multidões de veteranos de Mário e de itálicos e a lei é aprovada. O senado foi forçado a aceitá-la, jurando-a quase todos os senadores. A estranha e dúbia fórmula do juramento terá sido proposta por Mário: «submeter-se à lei se esta adquiria, efectivamente, força coactiva». Só Metelo Numídico se recusa a jurá-la, sendo por isso exilado. Todo o aparelho estadual romano era contrário à lei e tratou de a sabotar. Mário teve uma conduta equívoca, deixando a direcção do processo aos seus aliados. O brilhante comandante e organizador militar era um político inconstante e imaturo, e os seus vínculos com a nobreza e os equites atraíam-no para a direita. Entre ele e os seus aliados começam a surgir as divergências. As eleições para 99 decorreram num ambiente extremamente tenso. Saturnino apresenta pela terceira vez a sua candidatura a tribuno da plebe. O outro candidato foi um tal Equício, um liberto que se fazia passar por filho de Tibério Graco. Ambos são eleitos. A atmosfera apresentou-se ainda mais carregada e ameaçadora aquando das eleições consulares. O adversário de Glaucia, Caio Mémio, é morto à paulada pela multidão. O senado aproveita para declarar o estado de sítio (videant consules...). Mário, como cônsul em exercício, é convidado a assumir a responsabilidade de restabelecer a ordem. Após alguma indecisão, Mário aceita. O senado mobilizou todas as forças presentes na cidade, com os próprios senadores a apresentarem-se no forum de armas na mão. Também os partidários de Saturnino se preparavam para o confronto, abrindo as portas das prisões aos criminosos e prometendo aos escravos a liberdade. A 10 de Dezembro do ano de 100, dia em que os novos tribunos entrariam a desempenhar as suas funções, trava-se no forum uma verdadeira batalha. Os apoiantes de Saturnino são obrigados a refugiar-se no Capitólio, acabando por render-

se. Mário quis salvar os ex aliados, conduzindo-os à Cúria (o edifício do senado, no forum) com uma forte escolta. Mas uma multidão de jovens aristocratas sobe à cobertura do edifício. Desselando-a e usando as telhas como armas de arremesso, matam os prisioneiros ali encerrados, entre eles, Saturnino. Glauca terá conseguido esconder-se, mas depressa o descobrem e matam.